



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 23, DE 29 DE JANEIRO DE 2018

O VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário de 29 de março,

RESOLVE:

Art. 1º Publica, na forma dos anexos I e V, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2017, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Publica o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal relativo ao 3º quadrimestre de 2017, em cumprimento ao item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, conforme anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. HUMBERTO MARTINS

**UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.042.906.098,99	7.487.982,37	1.050.394.081,36
Pessoal Ativo	696.915.184,49	5.903.687,77	702.818.872,26
Pessoal Inativo e Pensionistas	345.990.914,50	1.584.294,60	347.575.209,10
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	290.617.395,49	1.618.161,68	292.235.557,17
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	577.974,61	0,00	577.974,61
Despesas de Exercícios Anteriores	2.648.420,88	1.618.161,68	4.266.582,56
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	287.391.000,00	0,00	287.391.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	752.288.703,50	5.869.820,69	758.158.524,19

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			727.254.323.971,32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0.103442%	0.000807%	0.104249%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0.223809%		1.627.660.629,94
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0.212619%		1.546.277.598,44
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0.201428%		1.464.894.566,94

FONTE: TESOURO GERENCIAL e SIAFI OPERACIONAL - Secretaria de Orçamento e Finanças - 15/jan/2018 - 16 hs e 50 min.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RCL de 2017 - Publicado no DOU de 19/01/2018, Seção I, páginas 25 e 26.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO V (LRF,
 art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

GRUPO DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO)	
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores				Demais Obrigações Financeiras
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					

		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f) = (a - (b + c + d + e)		INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	127000000 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	8.619.972,88	200.896,66	489.410,79	29.667,28	0,00	7.899.998,15	5.008.958,97	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	150000000 - Recursos Não-Financeiros	247.334,93	0,00	0,00	0,00	0,00	247.334,93	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	Diretamente Arrecadados								
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	150111010 - Receita Arrecadadas Diretamente - STJ	5.933.359,62	0,00	8.505,00	0,00	0,00	5.924.854,62	28.487,55	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	175111010 - STJ-Ressarc Desp Porte	3.846.883,26	0,00	0,00	3.215.602,25	0,00	631.281,01	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	375111010 - STJ-Ressarc Desp Porte	2.096.917,33	0,00	0,00	1.053.099,58	0,00	1.043.817,75	803.944,57	0,00
Outros Recursos Vinculados	190000000 - Recursos Diversos	98.286,02	0,00	0,00	0,00	98.286,02	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		20.842.754,04	200.896,66	497.915,79	4.298.369,11	98.286,02	15.747.286,46	5.841.391,09	0,00
Recursos Ordinários	100000000 - Recursos Ordinários	87.412.516,47	2.943.636,16	1.420.491,65	14.073.505,75	0,00	68.974.882,91	37.221.170,90	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		87.412.516,47	2.943.636,16	1.420.491,65	14.073.505,75	0,00	68.974.882,91	37.221.170,90	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		108.255.270,51	3.144.532,82	1.918.407,44	18.371.874,86	98.286,02	84.722.169,37	43.062.561,99	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: <TESOURO GERENCIAL e SIAFI

OPERACIONAL> <Secretaria de Orçamento e Finanças> <15/jan/2018> <16hs 50> min.

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Observação: Os valores gerados nas Disponibilidades e Restos a Pagar compreendem as Unidades Gestoras 050001 - STJ e 050002 - ENFAM.

Na linha da fonte 375111010 de R\$ 2.096.917,33 da Disponibilidade de Caixa Bruta consta o valor de R\$ 1.079.799,61 da conta 822240101 "Restos a Pagar Autorizado - Inscrição" (Valores líquidos, incluídos em Disponibilidade Bruta)

A Conta 111100000 Caixa e Equivalentes no BALANCETE apresenta valor consolidado de R\$ 107.175.470,90. O que difere esta Conta e a Disponibilidade de Caixa Bruta (R\$ 108.255.270,51) é exatamente o valor de R\$ 1.079.799,61 a ser recebido no exercício de 2018.

SULAMITA AVELINO CARDOSO MARQUES
Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL
Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-
 PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

				<i>RS 1,00</i>	
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				1.042.906.098,99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				290.617.395,49	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				752.288.703,50	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,103442%	
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			% DA RCL	VALOR
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Resolução CNJ 5/2005	0,224276%	1.631.056.907,63
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Resolução CNJ 26/2006	0,224226%	1.630.693.280,47
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Resolução CNJ 177/2013	0,223809%	1.627.660.629,94
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

4. RCL de 2017 - Publicado no DOU de 19/01/2018, Seção 1, páginas 25 e 26.

SULAMITA AVELINO CAROSO MARQUES
 Diretora-Geral

FABIANA BITTES VEYL

Secretária de Orçamento e Finanças

GEOVANI FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Auditoria Interna